

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 17/2010 DE 02 DE SETEMBRO**

----- Aos dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima sétima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio, Dr. Ana Cristina Ribeiro Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.ª Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

-----**a) Suspensão de trabalhos da empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva “** (Processo n.º 201/DOM) – Adjudicatário: Embeiral – Empreiteiros da Beiras, S.S. – Contrato de empreitada celebrado em 9 de Outubro de 2009, e consignação em 27 de Outubro de 2009 – Suspensão de Trabalhos – Proposta de homologação dos Despachos do Presidente da Câmara de 25 de Novembro de 2009 e de 22 de Fevereiro de 2010, de determinação de suspensão de trabalhos ao abrigo do art.º 186.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, por lapso não presentes à Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presidente esclareceu a Vereação sobre as razões das suspensões dos trabalhos e que constam nos respectivos despachos. Informou que o início da execução da obra ocorreu em vinte de Maio de dois mil e dez. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar os despachos do Sr. Presidente da Câmara acima referidos de suspensão temporária de trabalhos. -----

----- ORDEM DO DIA -----

-----**1 – Apreciação e votação dos textos definitivos das actas das reuniões ordinárias dos dias 05 e 19 de Agosto e da reunião extraordinária do dia 25 de Agosto, aprovadas e assinadas em minuta nas referidas reuniões.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar os textos definitivos das actas das reuniões de 5 e 25 de Agosto, e por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Avantino Beleza, aprovar o texto definitivo da acta da reunião de 25 de Agosto. –

----- **2 – Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereador em regime de não permanência – Por e-mail de 19 de Agosto, solicita justificação da falta à reunião ordinária de 19 de Agosto de 2010.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto, justificar a falta do Sr. Vereador Avantino Beleza, à reunião de 19 de Agosto do ano em curso. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da reunião e regressado após votação. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a)** Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 01 ao dia 15 de Agosto de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Augusto Ferreira da Costa, de Queiriga** – Por requerimento registado em 16 de Agosto de 2010, solicita parecer para a constituição de compropriedade de prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Queiriga, sob o artigo n.º 2.787, sito ao lugar Paul – Parecer técnico n.º PL-63/2010, de 25.08.2010 - Proc.º n.º 66/2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio em causa. -----

----- **c) Benvinda Pereira Silveira Cardoso, de Vila Cova à Coelheira** - Por requerimento registado em 18 de Agosto de 2010, solicita parecer para a constituição de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial da freguesia de Vila Cova à Coelheira sob os artigos n.ºs 8.383 sito ao Lugar de Barroca da Igreja, 1.890 sito ao lugar de Lameiro do Coelho e 8.410 sito ao lugar de Forca – Pareceres Técnicos n.ºs PL-59/2010 Proc.º n.º 75/2010, de 24 de Agosto, PL-62/2010, Proc.º n.º 73/2010, de 25 de Agosto e PL-61/2010, Proc.º n.º 74/2010, de 25 de Agosto, respectivamente. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de compropriedade dos prédios em causa. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação de taxas para o ano de 2011** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 24 de Agosto de fixação das taxas do IMI para 2011, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos legais.---

----- Presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 24 de Agosto de 2010, do seguinte teor integral: -----

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

----- “Considerando que, de harmonia com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (Anexo I), com as alterações que lhe foram entretanto introduzidas, compete aos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixar a taxa do IMI a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo, podendo esta ser fixada por freguesia; -----

----- Considerando que as taxas previstas nas alíneas b) e c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, são as seguintes: -----

– Prédios urbanos: 0,4 % a 0,7%; -----

– Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,2% a 0,4%; -----

----- Considerando que, em conformidade com o n.º 13 do mesmo artigo 112.º, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1 do referido artigo, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro; -----

----- Considerando que, como resulta da conjugação do referido n.º 5 do art.º 112.º do CIMI, com a alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da designada Lei das Autarquias Locais (LAL), aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a fixação das taxas do IMI nos limites legais acima referidos, mediante proposta da Câmara Municipal em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da mesma LAL; -----

----- Em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas de IMI para vigorarem no ano de 2011, na área do Município de Vila Nova de Paiva, idênticas às já fixadas desde o ano de 2005: -----

– Prédios urbanos: 0,6%; -----

– Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3%.” -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Presidência, devendo a mesma ser submetida a apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **b) EAVT – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda** - Serviços de transportes rodoviários de passageiros, em carreiras públicas, incluindo transportes escolares
 – Proposta de 4.ª Alteração ao Protocolo celebrado com a EAVT, Lda em 30.08.2006, para o ano lectivo de 2010/2011, com efeitos a partir de 1 de Setembro, válido até 30 de Agosto de 2011 – Proposta da EAVT, Lda por ofício n.º 167/SC/2010, de 12 de Agosto, registada em 12 de Agosto de 2010. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou sobre as negociações havidas com a gerência da firma transportadora, tendo-se conseguido uma redução significativa do preço por dia lectivo, excluído o IVA, que passará de mil duzentos e dez euros verificados no ano lectivo transacto para mil euros no próximo ano lectivo, mantendo-se os mesmos serviços e as mesmas condições, integrando a indemnização compensatória pela manutenção das carreiras públicas nos períodos de interrupção das actividades lectivas, nos termos previstos no Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de Junho, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 1.8937/91, do Conselho, de 20 de Julho. -----

----- A Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Santos deu os parabéns ao Sr. Presidente pela negociação que conseguiu. -----

----- O Vereador Manuel Custódio fez algumas observações sobre o assunto, recordando que, em 2006, nas negociações havidas com o Sr. Vasco Lima, gerente da firma, foi difícil conseguir chegar a acordo, inclusive foi solicitado parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e à então Direcção Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, sobre a viabilidade de atribuição da referida compensação, tendo-se obtido parecer favorável para o efeito daquela Direcção Geral. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com os termos da negociação havida e explanados no ofício supra da firma, para o transporte escolar através das circulações das carreiras publicas, mantendo-se igualmente as carreiras públicas nos períodos de interrupção das actividades lectivas, pelo que é autorizado por unanimidade a despesa prevista para o ano lectivo em causa, no montante de cento e oitenta mil euros, à razão de mil euros por dia lectivo, para cento e oitenta dias lectivos previstos, a que acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de seis por cento, devendo ser elaborada adenda ao protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006. -----

----- **c) Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vila Nova de Paiva** – Apreciação pública no período de 07 de Junho a 19 de Julho de 2010, conforme Edital N.º 581/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República N.º 109, de 07.06.2010 – Inexistência de sugestões ou reclamações – Proposta de aprovação do Projecto de Regulamento para submissão à apreciação e votação definitiva da Assembleia Municipal. ---

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar em definitivo o projecto de regulamento e tabela de taxas, devendo ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Projecto de Regulamento Municipal de Atribuição de Fogos de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada** - Apreciação pública no período de 27 de Junho a 04 de Agosto de 2010, conforme Edital N.º 644/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República N.º 121 de 24.06.2010 – Inexistência de sugestões ou reclamações – Proposta de

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

aprovação do Projecto de Regulamento para submissão à apreciação e votação definitiva da Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar em definitivo o projecto de regulamento, devendo ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **e) Proposta de parecer prévio para contratação de Formadores em regime de Prestação de Serviços, na modalidade de tarefa**, para o ano lectivo de 2010/2011, para as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Actividades no âmbito da Educação Pré-escolar – Proposta datada de 25 de Agosto de 2010, do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 25 de Agosto de 2010, do seguinte teor integral: -----

----- “Considerando que: -----

-----1 – *As atribuições e competências transferidas da administração central para a administração local no domínio da educação são as previstas no n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, sendo que, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, a transferência das atribuições e competências a que se referem as alíneas a), c) e d) do n.º 1 do art.º 2.º, ou seja, no que se refere ao pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico e gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, depende da existência de carta educativa e da celebração de contratos de execução por cada município, nos termos daquele decreto-lei;* -----

----- 2 – *Apesar da existência da Carta Educativa neste Município, ainda não foi celebrado com o Ministério da Educação o referido contrato de execução nos termos do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, que estabelecerá as condições de transferências das referidas atribuições e competências, pelo que aquelas áreas do domínio da educação não estão ainda formalmente transferidas para este Município;* -----

----- 3 – *Para o ano lectivo de 2010/2011, pretende-se que esta Câmara Municipal desencadeie os necessários procedimentos tendo em vista a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, tomando essa iniciativa na qualidade de Entidade Promotora daquelas actividades na área do Município nos termos decorrentes do Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de Maio de 2008, da Senhora Ministra da Educação (in DR, n.º 100, 2.ª Série, de 26.05.2008), bem como a implementação das Actividades da Educação Pré-Escolar;* -----

----- 4 – *A Câmara Municipal não dispõe de trabalhadores com a habilitação considerada necessária e adequada para as referidas actividades;* -----

----- 5 – É necessário proceder à contratação de formadores para cumprimento das referidas actividades e domínios das AEC previstos no referido Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de Maio de 2008; -----

----- 6 – Dada a natureza das tarefas a prestar, os formadores actuam com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, nem impondo o cumprimento de horário de trabalho, pelo que não se trata de trabalho subordinado; -----

----- 7 – Nestas condições, justificar-se-ia a contratação de pessoas singulares em regime de prestação de serviços na modalidade de tarefa, desde que possuidoras dos requisitos habilitacionais nos termos previstos no Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de Maio de 2008; -----

----- 8 – As disposições dos art.ºs 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adiante designada de LVCR, na redacção introduzida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, regulam os contratos de prestação de serviços; -----

----- 9 – Conforme n.º 2 do art.º 35.º da LVCR, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de contratos de tarefa e de avença com pessoas singulares apenas pode ter lugar, quando, cumulativamente: -----

----- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público (por tempo indeterminado, determinado ou determinável); -----

----- c) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços (actualmente regulado no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro). -----

----- d) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

----- 10 – No âmbito dos Municípios, de acordo com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) mencionadas no número anterior, a celebração de contratos de tarefa e de avença depende de prévio parecer favorável da Câmara Municipal relativamente à verificação do requisito referido na supra alínea a) do número anterior, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública, até à data ainda não publicada; -----

----- Face ao exposto, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que dê Parecer favorável à contratação até 8 (oito) Formadores em regime de prestação de serviços, na modalidade de

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

tarifa, por procedimento por ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), contratação essa válida somente para o ano lectivo de 2010/2011, em conformidade com o Calendário Escolar em vigor, para as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Actividades no âmbito da Educação Pré-Escolar, cujos domínios também se indicam, com o respectivo volume de horas e locais de prestação de serviços, bem como os encargos previstos, considerando que, como foi já acima referido, face à natureza das tarefas a prestar, os formadores actuam com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, nem impondo o cumprimento de horário de trabalho, pelo que não se trata de trabalho subordinado: -----

NIVEL DE ENSINO	DOMÍNIOS	CARGA HORÁRIA PREVISTAS	LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	PREVISÃO DE GASTOS
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (38 semanas)	INGLÊS	7 h/semana=266h	V. N. Paiva, Touro, V. C. à Coelheira, Pendilhe, Queiriga	3.277,12€
	MUSICA	6 h/semana=228h	V. N. de Paiva	2.343,84€
	NATAÇÃO	8 h/semana=304h	V. N. de Paiva	3.745,28€
PRIMEIRO CICLO-AEC (35 semanas)	INGLÊS	26h/semana=910h	V. N. de Paiva, Touro, V. C. à Coelheira, Pendilhe, Queiriga	11.211,20€
	MUSICA	26h/semana=910h	V. N. de Paiva, Touro, V. C. à Coelheira, Pendilhe, Queiriga	11.211,20€
	NATAÇÃO	20h/semana=700h	V. N. de Paiva	8.624,00€
	T.I.	5h/semana=175h	V. N. de Paiva	1.799,00€
TOTAL				42.211,64€

----- O máximo de 8 formadores acima mencionados serão distribuídos da seguinte forma: máximo de 3 formadores no domínio do Inglês, máximo de 3 formadores no domínio da Musica e máximo de 2 formadores no domínio do Desporto, que acumularão as actividades

dos dois níveis de ensino. Os formadores nos domínios do Inglês e da Música acumularão, ainda, a actividade de Tecnologias da Informação (TI).” -----

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Sr. Presidente. -----

----- A Sr.^a Vereadora Dr.^a Ana Cristina Santos apresentou a seguinte declaração de voto: - No que concerne às actividades no âmbito da Educação Pré-Escolar, inseridas na Componente da Apoio à Família, (CAF) o ensino de Inglês, não posso deixar de manifestar perante este órgão, a minha discordância, pela proposta contemplar o inglês no Pré-Escolar. -----

Permitam-me fazer os seguintes registos, relativamente às ofertas ao Pré-Escolar: -----

- Música, concordo integralmente com esta oferta, porque permite uma iniciação a realidades tão fundamentais como: escutar, tocar, dançar ou mesmo o alargamento da cultura musical ou desenvolvimento da sensibilidade estética; porque permite exercitar e melhorar a capacidade de concentração, para além de contribuir para a despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades que nesta fase das suas vidas, se podem revelar de capital importância para o seu futuro.-----

- Natação, concordo na integra dado proporcionar o exercício de motricidade global, capacidade cardiorespiratória, tônus, equilíbrio, agilidade, auto-confiança e porque permite que as crianças aprendam a utilizar e a dominar o corpo no que diz respeito à actividade física.-----

- Inglês, existem estudos que revelam que o ensino de uma língua estrangeira envolve riscos. Quando o professor é especialista na língua mas não tem experiência com educação infantil, a criança pode desenvolver aversão à língua estrangeira por não gostar das aulas. Por outro lado quando o professor proporciona aulas prazerosas e lúdicas, mas comete erros de pronúncia ou estrutura gramatical a criança tende a valorizar o que é ensinado como verdade. Em ambos os casos, o futuro escolar da criança poderá ficar comprometido em relação à língua estrangeira. Portanto é menos arriscado não ter aula de inglês na infância do que ter a aula com um profissional que não seja simultaneamente qualificado em educação infantil e na língua estrangeira. -----

É de lamentar sendo a Vereadora do Pelouro da Educação, uma docente licenciada em Francês/Inglês, que seja apologista do ensino do inglês no Pré-Escolar, e nestas condições, 30 minutos em horário de CAF, no período de almoço, a crianças com níveis de desenvolvimento cognitivo tão díspares (3, 4 e 5 anos) e com desenvolvimentos tão distintos, perante o grupo todo. -----

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

É apodíctico o pagamento de favores políticos que o Senhor Presidente teima em dar resposta, para empregar docentes que não conseguem obter colocação, no concurso de docentes, simplesmente, porque não querem deslocar-se para longe da sua terra natal.

Registar positivamente o facto deste executivo e o anterior, manifestar claras preocupações com a Educação, tendo vindo gradualmente e de forma sistemática a substituírem-se ao Ministério da Educação, quando se implementaram as Actividades de Enriquecimento Curricular e se alargaram ao Pré-Escolar sem obter qualquer tipo de comparticipação do estado, em relação ao Pré-Escolar. Valoriza a Educação Pré-Escolar pelas ofertas da música e natação, mas prejudica relativamente ao inglês, não vislumbrando no imediato qualquer benefício, a não ser, meramente o da “caça ao voto”.

Por último, não posso deixar de manifestar claramente o meu desagrado, ainda pelo facto do ensino de inglês, ter sido inserido durante o período de almoço (30 minutos), em horário da Componente de Apoio à Família, o que não se passa com a Música (45 minutos) e com a Natação (45 minutos) inseridas em horário lectivo.” -----

f) 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano Financeiro de 2010 – Conhecimento do Despacho da Presidência de aprovação da alteração, datado de 23.08.2010. -----

DELIBERAÇÃO: O Executivo tomou conhecimento. -----

g) 6.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2010 - Conhecimento do Despacho da Presidência de aprovação da alteração, datado de 23.08.2010. -----

DELIBERAÇÃO: O Executivo tomou conhecimento. -----

h) Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Vila Nova de Paiva - Por ofício registado em 13 de Agosto de 2010, comunicam da realização do XX Festival de Folclore, no dia 15 de Agosto de 2010 e solicitam apoio económico para o evento. -----

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de cento e cinquenta euros. -----

i) Manuel Lima Bastos – Por e-mail registado em 24 de Agosto de 2010, dá conhecimento da edição do seu segundo livro sobre o Mestre Aquilino Ribeiro e solicita apoio para a publicação. -----

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade recomendar a aquisição de cem exemplares da obra, dado abordar o município de Vila Nova de Paiva, devendo o logotipo constar na edição. -----

j) Proposta de alteração das condições contratuais de empréstimo bancário de médio e longo prazos para submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal – Proposta de 26 de Agosto de 2010 do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 26 de Agosto de 2010, do seguinte teor integral: -----

----- “Considerando que: -----

----- a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva autorizou em sessão ordinária de 23 de Dezembro de 2008, a celebração de contrato de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento complementar de cinco projectos de investimento municipais, no montante até € 1.664.935,00, que foi celebrado em 29 de Dezembro de 2008, com a CCAM de Sátão e Vila Nova de Paiva, e remetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia nos termos legais (Processo n.º 1.795/08); -----

----- b) Dos cinco projectos inicialmente previstos no contrato de empréstimo, somente obtiveram financiamento comunitário, in fine, os seguintes dois projectos: -----

– “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva” (Código 3/331/2003/157 das GOP), projecto financiado no âmbito do PO Contratualização/QREN, da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL), cujo contrato de financiamento foi celebrado em 16 de Dezembro de 2009, processo entretanto avocado pela Autoridade de Gestão do Mais Centro, cuja Comissão Directiva deliberou converter todos os actos confirmativos de aprovações a financiamentos do PO Centro praticadas pelas CIM (Comunidades Intermunicipais) em actos de aprovação, daí resultando que os actos administrativos praticados pelas CIM teriam que ser praticados pela Autoridade de Gestão, pelo que foi celebrado novo contrato de financiamento do projecto, com aquela Autoridade de Gestão, em 17 de Agosto de 2010; -----

– “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva” (Código 2/252/2003/113 das GOP), projecto financiado no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), cujo contrato de financiamento foi celebrado em 27 de Novembro de 2009; -----

----- c) Em conformidade com o disposto no n.º 6 do art.º 39.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, foi solicitada à Direcção geral das Autarquias Locais (DGAL), em 18 de Novembro de 2009, a submissão à consideração de Sua Excelência o Senhor Ministro das Finanças, a possibilidade de ser obtido parecer favorável para financiamento dos referidos dois projectos municipais com recurso ao crédito excepcionado, tendo sido autorizado o excepcionamento de duzentos mil euros, conforme ofício n.º 1.056 de 23 de Abril de 2010, registado em 28 de Abril de 2010, do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que remeteu a Informação n.º 4.864 de 22 de Março de 2010, da Direcção Geral do Orçamento, com o Despacho, de 7 de Abril de 2010, do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento;

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

----- d) Entretanto verificou-se o processo de fusão das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Sátão e Vila Nova de Paiva e de Vale do Dão (Mangualde e Penalva do Castelo), sucedendo-lhes a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Dão e Alto Vouga; -----

----- e) Na sequência de pedido de ajustamento do capital contratado, aquela CCAM, alegando o espaço de tempo decorrido entre a proposta inicial, o valor do empréstimo e as alterações de mercado entretanto verificadas, propôs o ajustamento do respectivo spread inicial de 0,485% para 1,425%, conforme ofício Dir/0024/05212009, de 17.12.2009, rectificado por ofício Dir/0027/05392009, de 30.12.2009, registado em 05.01.2010, mantendo-se o demais clausulado do contrato inicial, sendo que tal alteração remuneratória do capital, para além de não exceder a proposta da instituição bancária preterida na consulta inicial (a Caixa Geral de Depósitos apresentou um spread de 1,44%), pode ser considerada bastante aceitável face à actual conjuntura verificada nos mercados financeiros nacionais e internacionais; -----

----- f) Decorrente da alteração das condições de co-financiamento dos investimentos municipais prevista no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado em 9 de Março de 2010 entre o Governo da República e a ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, foi reanalisado o modelo do financiamento dos projectos objecto do contrato de empréstimo, verificando-se a redução das necessidades de financiamento complementar no projecto de “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva”;

----- g) Nos saldos disponíveis do endividamento municipal reportados à DGAL através da plataforma informática do SIIAL, referentes a 30 de Junho de 2010, verifica-se um saldo de € 1.737.237,24 no limite de endividamento de médio e longo prazos e um saldo de € 1.411.646,85 no limite de endividamento líquido; -----

----- h) Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 1 de Julho de 2010, sob n/ Proposta datada de 23 de Junho, foi aprovada a alteração das condições contratuais do referido empréstimo bancário de médio e longo prazos, nos seguintes termos, tendo sido lavrado novo contrato de empréstimo com reporte à data do contrato inicial, e remetido ao Tribunal de Contas: -----

– o capital contratual foi ajustado para o montante até € 761.133,82 (setecentos e sessenta e um mil, cento e trinta e três euros e oitenta e dois cêntimos), com alteração do spread, passando de 0,485% para 1,425%, mantendo-se o demais clausulado, sendo aquele capital distribuído como segue pelos dois projectos para os quais se pretende o financiamento complementar: -----

. “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva” – até € 116.466,29 (cento e dezasseis mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e vinte e nove cêntimos); -----

. “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva” – até € 644.667,53 (seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos). -----

– Daquele montante de empréstimo bancário, duzentos mil euros serão por conta do excepcionamento autorizado ao abrigo do n.º 6 do art.º 39.º da Lei das Finanças Locais, pelo Despacho de 7 de Abril de 2010 do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e, a verba remanescente, por conta dos saldos disponíveis dos limites ao endividamento verificados em 31 de Março de 2010, sendo de notar que aquele montante de empréstimo continua a conter-se nos limites de endividamento reportados a 30 de Junho de 2010, referidos na supra alínea g); -----

----- i) O Tribunal de Contas, por mensagem Fax n.º 833/2010/DECOP/UAT II, de 12 de Julho de 2010, uma vez que o contrato remetido tem uma versão diferente das subscritas pelas partes, em 29 de Dezembro de 2008, e que faz parte do Processo n.º 1.795/08, solicitou a remessa da nova versão com a data em que foi formalizada, a fim de ser constituído um processo novo, pelo que, em 12 de Julho de 2010, foi celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Dão e Alto Vouga, C.R.L. novo contrato de empréstimo, nas condições referidas na alínea anterior, e remetido para o Tribunal de Contas; -----

----- j) Em 20 de Agosto de 2010, ainda na sequência da comunicação referida na alínea anterior, foi entretanto solicitado ao Tribunal de Contas o cancelamento do processo de visto inicial (Processo n.º 1.795/08), tendo o mesmo sido cancelado por aquele Tribunal conforme comunicação por ofício n.º 14.714, de 23 de Agosto, recebida em 25 de Agosto. O novo processo de visto, decorrente da versão do contrato de empréstimo formalizado em 12 de Julho de 2010, foi registado no Tribunal de Contas sob o n.º 942/10 ; -----

----- k) Em 26 de Agosto de 2010, por ofício n.º DECOP/UAT II/4.813/10, de 20 de Agosto, o Tribunal de Contas devolveu o (novo) contrato de empréstimo, dando conta que, como se verificou a alteração das condições contratuais do empréstimo, deverá ser o processo submetido à apreciação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva; -----

----- Assim, face ao exposto: -----

----- Tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, no âmbito do agora Processo de Visto n.º 942/10, referente ao contrato de empréstimo de médio e longo prazos formalizado em 12 de Julho de 2010 com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Dão e Alto Vouga, C.R.L., aprove, para efeitos de submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a presente proposta de alteração das condições contratuais do referido empréstimo bancário de médio e longo prazos nos termos já

Acta N.º 17/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	185

referidos na supra alínea h) e equivalentes à já aprovada em reunião municipal ordinária de 1 de Julho de 2010, a saber: -----

----- 1.º) Que o capital contratual seja ajustado para o montante até € 761.133,82 (setecentos e sessenta e um mil, cento e trinta e três euros e oitenta e dois cêntimos), com alteração do spread, passando de 0,485% para 1,425%, mantendo-se o demais clausulado, sendo aquele capital distribuído pelos dois projectos para os quais se pretende o financiamento complementar, como segue: -----

– “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva” – até € 116.466,29 (cento e dezasseis mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e vinte e nove cêntimos); -----

– “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva” – até € 644.667,53 (seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos). -----

----- 2.º) Que daquele montante de empréstimo bancário, duzentos mil euros sejam por conta do excepionamento autorizado ao abrigo do n.º 6 do art.º 39.º da Lei das Finanças Locais, pelo Despacho de 7 de Abril de 2010 do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e, a verba remanescente, por conta dos saldos disponíveis dos limites ao endividamento verificados em 30 de Junho de 2010. “-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita, a submeter à apreciação e votação da assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve intervenção do público. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----
